

HOME

DINHEIRO

ASSINE JÁ

NEWSLETTER

FALE CONOSCO

PUBLICIDADE



Edição 110 - 15/5/2005

ASSINE FORBES

EDIÇÕES

SUMÁRIO DA EDIÇÃO

MATÉRIAS DE CAPA

ANTERIORES

CONTEÚDO

NEGÓCIOS

EMPREENDEDORES

TECNOLOGIA

DINHEIRO

ESTILO FORBES

SEÇÕES

ENTREVISTA

INF. PRIVILEGIADA

CARO LEITOR

GOLFE

ARTIGOS

ENTRE ASPAS

SERVIÇOS

FALE CONOSCO

ASSINE JÁ

NEWSLETTER

EXPEDIENTE

ÁREA EXCLUSIVA

Para cadastrados

Para assinantes

Na revista impressa

## ↳ Poder de compra

Desigualdade econômica acirra pobreza, atrapalha consumo e desafia economia

Por SABRINA LORENZI



Quem tem menos investe, em média, somente R\$ 3,10, quantia duzentas vezes menor do que podem destinar os mais ricos

anos senão o aumento do poder aquisitivo de quase metade da população em idade ativa que recebe apenas até dois salários, um exército de 30 milhões de brasileiros.

"Se a renda do indivíduo não crescer, ele não poderá gastar mais e não haverá crescimento. Tem uma parcela expressiva da população, com renda muito baixa, e que não participa desse mercado e não vai dinamizar o crescimento da economia", alerta o economista de carreira do IBGE. "Crédito é cobertor curto, não é aumento, mas antecipação", faz coro o chefe do Centro de Estudos Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Marcelo Néri.

O consumo das famílias, motor da economia que responde por mais de 55% do Produto Interno Bruto (PIB), começou a dar sinais de arrefecimento no primeiro trimestre e pode frustrar as expectativas de economistas. É nesta lacuna, de perda de fôlego do consumo, que entra o papel da distribuição de renda. "O Brasil não é pobre, é desigual. Será que temos um mercado pequeno? Ou a concentração de renda reduz esse potencial?", argumentou Nunes, lembrando que o Brasil é um dos principais mercados da Nestlé, da Telefônica e da Fiat; e o segundo maior de empresas como Volkswagen, Coca-Cola e Avon.

Todos têm a ganhar com a divisão do bolo, a começar pelo bem-estar social e a inclusão de milhões de brasileiros. Mas, do ponto de vista econômico, montadoras de automóveis, indústria têxtil, operadoras de telefonia, mercado editorial, construção civil, entre muitos outros segmentos, podem ampliar suas vendas com novos consumidores. No topo da pirâmide, quem ganha mais de R\$ 6 mil fala cem vezes mais no celular do que os brasileiros com rendimento familiar abaixo de R\$ 400, a menor classe de renda apurada pelo IBGE. O mesmo abismo permeia a compra de automóveis.

Mulheres e homens com o maior rendimento apurado pelo IBGE gastam R\$ 279 por mês para se vestir, enquanto os mais pobres desembolsam R\$ 24, de acordo com a última Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do instituto. O consumo mensal de livros, jornais e revistas não passa de R\$ 0,34 entre os mais pobres, chegando a R\$ 37 entre os mais privilegiados. Sem falar na aquisição de imóveis, que revela com mais rigor a desigualdade entre ricos e pobres: quem tem menos, na classificação do IBGE, investe, em média, somente R\$ 3,10, quantia duzentas vezes menor do que podem destinar os mais ricos.



Nunes: "A redução da inflação leva à queda da desigualdade social"

Se por um lado atrapalha o consumo, a concentração de renda acirra a pobreza de outro. A História já provou que o crescimento econômico por si só não elimina a miséria. Marcelo Néri, estima que o crescimento de 5,2% da economia no ano passado tenha eliminado apenas 2,6% da pobreza. Mas conjugado a uma pequena redução da desigualdade social, o especialista aposta numa queda de 8,3% no total de pobres, mais rigorosamente classificados como miseráveis pela FGV (a linha estabelecida nesse estudo é de R\$ 115).

## A página

A página que você site da Web esteja ajustar as configurações

Tente o seguinte:

- ↳ Clique no botão
- ↳ Se você digitar certifique-se

Viewer

Folheie aqui a revista



48

49

BUSCA

Ok

ESPECIAIS

Forbes TI

Tecnologia para executivos

Forbes PLATINUM LIST

200 melhores empresas de capital aberto

Forbes SETORIAL TELECOM

Análise abrangente dos segmentos do mercado



## ↳ Poder de compra

Desigualdade econômica acirra pobreza, atrapalha consumo e desafia economia

Por *SABRINA LORENZI*

"Basta que a desigualdade caia um pouquinho para fazer uma tremenda diferença na redução da miséria. O impacto da distribuição sobre a pobreza é muito maior que o efeito do crescimento do PIB", comenta Néri. A projeção foi feita levando-se em conta a diminuição da desigualdade de 2001 a 2003. O especialista avalia que em 2004 o País distribuiu mais renda, conseguindo em um ano o que foi feito nos dois anos anteriores.

"A pobreza cresceu de 2002 para 2003. Mas dados sinalizam para uma queda da miséria no ano passado", comenta Néri. Segundo ele, o índice de Gini, que mede a concentração de renda passou de 0,596, em 2001, para 0,585, em 2003. O indicador aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos, variando de zero a um. Quanto mais próximo de zero, mais perto da igualdade. Na prática, o índice de Gini compara os 20% mais pobres com os 20% mais ricos.

Apesar da avaliação comum de que a desigualdade vem caindo, ainda que aos poucos, tanto o presidente do IBGE como Marcelo Néri admitem que ainda há muito o que fazer neste campo. "Se no âmbito da economia estamos lentos, como uma baleia, no assunto desigualdade estamos como uma baleia encalhada", compara Néri.



Nunes: "A redução da inflação leva à queda da desigualdade social"

"Já temos meio caminho andado. O passado mostra que a redução da inflação leva à queda da desigualdade social", avalia o presidente do IBGE, destacando os planos econômicos com vistas ao fim da inflação, com ênfase ao Plano Real. Uma conta que ele realizou mostra que um cafezinho, no valor de R\$ 1, custaria hoje Cr\$ 2.750.000.000,00. "Neste caso, não poderíamos estar aqui sentados desta maneira. Cada um de nós deveria ter mais espaço para abrigar o seu carrinho de dinheiro", brincou.

Brincadeira à parte, falta muito para que o mundo consiga cumprir as metas estabelecidas na Declaração do Milênio, elaborada na virada do século. Composto de oito objetivos voltados para a melhoria das condições de vida de pelo menos 500 milhões das pessoas extremamente pobres, até 2015, o compromisso parecia indicar disposição dos países ricos em promover a redução das desigualdades. A primeira e mais desafiadora meta, que trata da redução da pobreza à metade, parece estar longe da realidade mundial, inclusive da do Brasil, conforme destaca o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (- Ipea) em sua revista de abril.

Para começar, o País deve elaborar uma linha de pobreza oficial, trabalho que começou há mais de dois anos, assim que Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a presidência da República. Para executar a tarefa, governo, institutos de pesquisa e especialistas brasileiros procuram modelos internacionais mas esbarram nas especificidades brasileiras. Enquanto esse estudo não fica pronto, o País continua investindo no social com base em estudos anteriores. A eficácia do aumento dos gastos em projetos sociais é discutida, mas economistas já sentem melhora na distribuição. Mas querem mais.